



FIQUE POR DENTRO

REGISTRO ELETRÔNICO

22 DE AGOSTO DE 2019 - Nº 32



COPASA APRESENTARÁ NOVA PROPOSTA NO DIA 29 E NÃO ACEITAREMOS ARROCHO



TODAS AS EMPRESAS DE SANEAMENTO DO PAÍS REAJUSTARAM SALÁRIOS PELA INFLAÇÃO ACUMULADA

A Copasa informou que deverá apresentar uma nova proposta de Acordo Coletivo para a categoria na próxima reunião de negociação, já agendada para a próxima quinta-feira, dia 29. Na reunião realizada hoje, 22 de agosto, a empresa confirmou a mesma proposta apresentada na última semana, ressaltando a garantia da data-base de 1º de maio, que assegura a manutenção dos diálogos para a retroatividade do acordo.

A comissão patronal solicitou dos sindicatos o posicionamento sobre os quatro pontos que a empresa pretendia discutir: novo modelo de PL, garantia de emprego, vale transporte gratuito e jornada de 44 horas.

A direção do SINDÁGUA reforçou que é inadmissível que os salários e benefícios fiquem sem o reajuste pelo INPC de 5,07%, inflação acumulada desde a última data-base. Lembramos que o reajuste de salários pelo INPC faz parte inclusive dos fatores que são levados em conta pela Arsae para definir a tarifa da Copasa de 8,38%, que passou a vigorar no último dia 1º de agosto. Ponderamos que a própria empresa poderia ter dificuldade com a Agência Reguladora, para futuros reajustes, caso não repassasse aos salários este componente que levou à tarifa de 8,38%.

OS QUATRO PONTOS DE DISCUSSÃO

O SINDÁGUA manifestou à empresa sua posição contrária a qualquer modificação da PL linear e da forma de distribuição, mas se prontificou a estudos em comissão paritária para discutir uma cesta de indicadores para apuração do direito. Não admitimos um retrocesso no direito, que prejudica os trabalhadores operacionais, que são os mais sacrificados. Argumentamos também a impropriedade de elevação de jornada de trabalho num

momento em que sua redução é estudada nacionalmente como forma de gerar mais empregos, lembrando ainda que esta é uma conquista da categoria definida em acordo coletivo. Sobre a garantia de emprego, lembramos a proteção Constitucional para trabalhadores contratados após concurso público, além de mecanismos previstos de demissões em casos especiais, como justa causa, planos de desligamentos como PDV e PDVI. Na gratuidade do vale transporte, lembramos as condições especiais em que este direito foi concedido, para trabalhadores deslocados de seus locais de trabalho, que eram transportados em caminhões, se tratando também de um direito individual para um número reduzido de trabalhadores da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Pontuamos também pendências do último acordo e reforçamos agora a necessidade de solução, como a mudança de estatuto e eleição direta para todos os cargos de direção da AECO, nova discussão do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), para reparar desequilíbrios pontuais que normalmente são passíveis de revisão.

Caso tenhamos um avanço na proposta da empresa na próxima reunião, o Sindicato convocará imediatamente assembleia da categoria para discuti-la. Mas alertamos à empresa que a categoria não aceitará uma proposta redutora dos direitos. Fazemos questão da ultratividade, a garantia de todas as conquistas dos acordos anteriores.

Alertamos a categoria para intensificarmos a mobilização, para que tenhamos nossos direitos respeitados e possamos estar prontos para cumprir com nossa responsabilidade de alcançar os melhores resultados para esta empresa que presta serviços em uma atividade essencial para a população.